

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RONDÔNIA

CENTRO INTERDISCIPLINAR
DE ESTUDO E PESQUISA DO
IMAGINÁRIO SOCIAL



REVISTA LABIRINTO
ANO XVI
VOLUME 24
NÚMERO 1
(JAN-JUN)
2016
PP. 255-279.

ENSINO DE HISTÓRIA EM MOMENTO DE TRANSIÇÃO: INTERPRETAÇÃO DA NARRATIVA SOBRE A DITADURA CIVIL MILITAR DE GILBERTO COTRIM NOS LIVROS DIDÁTICOS ENTRE OS ANOS DE 1985 E 1995

(HISTORY TEACHING IN A MOMENT OF TRANSITION: INTERPRETATION OF THE NARRATIVE OF THE CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP GILBERTO
COTRIM IN TEXTBOOKS BETWEEN 1985 AND 1995.)

VALÉRIA TORTELLI

Licenciada em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul
valeria_tortelli@hotmail.com

DR. HALFERD CARLOS RIBEIRO JÚNIOR

Professor Adjunto da Universidade Federal da Fronteira Sul
halferd.junior@uffrs.edu.br

RESUMO: Esse trabalho tem como objetivo analisar a narrativa do autor Gilberto Cotrim sobre a Ditadura Civil Militar presente nos livros didáticos de História produzidos e publicados entre os anos de 1985 e 1995. Tendo como problemática, as implicações da transformação da estrutura do governo do Estado Brasileiro entre 1985 e 1995, da Ditadura Militar para a Democracia, na narrativa histórica do autor Gilberto Cotrim. Inferimos, a partir do estudo realizado, que Gilberto Cotrim mobiliza conceitos marxistas para a construção de sua narrativa. Ainda, a narrativa de 1991, apresenta uma sutileza sobre a Ditadura Civil Militar e silenciamentos sobre temas polêmicos como as torturas, os assassinatos, a repressão, no entanto, em 1995, essa atitude se transforma, pois em sua narrativa apresenta uma crítica mais contundente sobre o período e todos os silêncios são quebrados.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura Militar; Livro didático; Gilberto Cotrim.

ENSINO DE HISTÓRIA EM MOMENTO DE TRANSIÇÃO:
INTERPRETAÇÃO DA NARRATIVA SOBRE A DITADURA CIVIL MILITAR DE GILBERTO COTRIM NOS LIVROS DIDÁTICOS
ENTRE OS ANOS DE 1985 E 1995,
DE VALÉRIA TORTELLI E HALFERD CARLOS RIBEIRO JÚNIOR

ABSTRACT: This work aims to analyze the narrative of Gilberto Cotrim author on the Military Dictatorship present in textbooks produced History and published between 1985 and 1995. With the issue, the implications of the transformation of the Brazilian state government structure between 1985 and 1995 of the Military Dictatorship to Democracy, in the historical narrative of the author Gilberto Cotrim. We infer from the study that Gilberto Cotrim mobilizes Marxist concepts for the construction of his narrative. Still, the 1991 narrative, has a subtlety about it military dictatorship and silences on controversial issues such as torture, murder, repression , however , in 1995 , this attitude becomes , for in his narrative presents a more scathing critique over the period and all broken silences.

KEYWORDS: Military Dictatorship; Textbook; Gilberto Cotrim.

O livro didático é composto por narrativas históricas construídas ao longo do tempo. Leandro Karnal (2010, p.10) argumenta que as narrativas são formuladas através do tempo, que o passado existe, porém quem recorta, escolhe, dimensiona e narra este passado, é um homem do presente. Assim sendo, uma vez produzido, todo texto histórico torna-se objeto da História, pois passa a representar a visão de um indivíduo sobre o passado.

Os materiais didáticos são construídos no presente, por alguém que narra o passado. Nesse recorte, a percepção da História é sempre subjetiva, construída por homens com suas próprias ideologias e concepções.

Esse trabalho de pesquisa busca analisar a interpretação historiográfica presente nos livros didáticos do Gilberto Cotrim sobre a Ditadura Militar, e os fundamentos teóricos mobilizados para a sua construção.

Gilberto Cotrim é um dos mais reconhecidos e renomeados produtores de livros didáticos do país e possui vasta trajetória tanto na área de História como nas áreas de Filosofia e Pedagogia. Suas produções são amplamente distribuídas por todo o Brasil.

O recorte temporal é marcado por intensas mudanças ocorridas no Brasil principalmente no final dos anos 80 e início dos anos 90, com o fim de um regime da Ditadura Militar, que durou 21 anos (1964-1985) e a reabertura política em 1986.

O período conhecido como Ditadura Militar, ocorreu no Brasil entre os anos de 1964 a 1985, período em que o controle do país esteve nas mãos dos militares, que chegaram ao poder via golpe militar, apoiados por uma parcela da população civil, como empresários e políticos influentes. Um período caracterizado pela suspensão dos direitos constitucionais, pela censura, pela perseguição política e pela repressão. Os militares assumiram o controle político, econômico e social, impondo leis rígidas e reprimindo com violência toda forma de resistência ao golpe. O grande objetivo do Golpe era criar um sistema que tornasse possível sua abdução e imposição intelectual diante da população (NAPOLITANO, 2013).

A educação é permeada por aspectos políticos, que se fazem presentes através da legislação educacional, definidas de acordo com os interesses do Estado e do governo, sendo um dos aspectos que mais sofrem impactos frente as alternâncias dos mesmos. Ao longo do trabalho, veremos as principais mudanças

ocorridas nessa área no período compreendido ao Regime da Ditadura Militar e as transformações observadas com a volta da democracia ao país.

As mudanças educacionais ocorreram de forma mais acentuada no ensino de História. A História como disciplina escolar possui em sua essência a política, como nos aponta Bittencourt:

O objetivo da História escolar tem sido o de entender as organizações das sociedades em seu processo de mudanças e permanências ao longo do tempo, e nesse processo emerge o homem político, o agente da transformação entendido não somente como um indivíduo, mas também como sujeito coletivo; uma sociedade; um Estado; uma nação; um povo. (BITTENCOURT, 2010, p.5)

Diante disso, o ensino de história sofreu modificações, tanto em seu conteúdo, quanto em sua carga horária no período da Ditadura Militar, por se tratar de uma disciplina formadora de opinião crítica, onde o homem era visto como um agente político e transformador da sociedade.

No bojo dessa dinâmica, para o estudo da fundamentação teórica de Gilberto Cotrim, serão

analisados os livros didáticos: “Educação para uma Escola Democrática: História e Filosofia da Educação” de 1987; e a 3ª edição do livro “História Geral para uma Geração Consciente”, da Editora Saraiva. Para análise da narrativa histórica sobre o tema Ditadura Militar foram selecionados os livros: “História do Brasil para uma Geração Consciente”, 11ª edição de 1991, e a 1ª edição de “História e Reflexão” de 1995, todos eles editados pela Saraiva.

Os caminhos metodológicos à revisão bibliográfica, a seleção e análise das fontes mencionadas. Tendo como problemática, quais implicações da transformação da estrutura do governo do Estado Brasileiro entre 1985 e 1995, da Ditadura Militar para a Democracia, na narrativa histórica do autor Gilberto Cotrim?

ENSINO DE HISTÓRIA EM MOMENTO DE MUDANÇAS

As décadas de 1980 e 1990 representaram um grande avanço no ensino de História. Cresce o número de pesquisas científicas cujo objeto de estudo é o Ensino e Aprendizagem em História e passou-se a valorizar os saberes e as práticas educativas. Nessas décadas

também se registram as edições dos Eventos Nacionais na área do Ensino de História como destaca SILVA E FONSECA:

Importantes eventos começaram a ocorrer em todo o Brasil como: o Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História, promovido pela primeira vez na Universidade de São Paulo em 1988, e o Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História em 1993, na Universidade Federal de Uberlândia. Tais eventos passaram a ser realizados de dois em dois anos em diferentes cidades do Brasil, tornando-se importantes espaços de formação continuada, troca de experiência científica e didática. (SILVA E FONSECA, 2010, p.14)

As autoras destacam ainda que a produção acadêmica e as publicações sobre ensino de História se ampliaram, assim como muitas problematizações relevantes sobre o tema, por diferentes agentes e instituições, procurando responder a questões emergentes nesse campo de análise. (FONSECA E SILVA, 2010)

A história da disciplina de História tem sido objeto de vários estudos em diversos âmbitos, tanto na

pesquisa, como na produção de livros didáticos, na legislação e na formação de professores. Observa-se que em diferentes contextos da história do Brasil, é possível dimensionar a preocupação do Estado com a institucionalização de currículos e programas de História. Profundas mudanças ocorreram na política educacional e no ensino de História, conquistadas no processo de luta entre as décadas de 1980 e 1990 entre elas:

A extinção das disciplinas EMC (Educação Moral e Cívica), OSPB (Organização Social e Política) e EPB (Estudos dos Problemas Brasileiros); os cursos superiores de Licenciatura Curta em Estudos Sociais também, paulatinamente, foram extintos; e, a partir de 1994, a avaliação dos livros didáticos dos quatro anos iniciais do ensino fundamental. Esse processo foi institucionalizado, ampliado e desenvolvido de forma sistemática nos governos posteriores. (FONSECA E SILVA, 2010, p.17)

Os debates referentes ao Ensino de História se intensificaram nos anos 90, em momentos de elaboração e implantação de novos currículos, com a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional e os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e Médio, e as Diretrizes Curriculares para o ensino superior.

Como citado anteriormente, o Ensino de História possui em sua essência, a política. Por essa razão, o mesmo terá seus objetivos regidos pelos valores de cada época. O ensino de história foi objeto de intenso debate, lutas políticas e teóricas no contexto de resistência à políticas educacional na Ditadura Civil Militar brasileira, segundo Silva e Fonseca:

...isso significou refletir sobre o estado do conhecimento histórico e do debate pedagógico, bem como combater a disciplina de “Estudos Sociais” e a desvalorização da História, os currículos fragmentados, a formação de professores em Licenciatura Curtas e os conteúdos dos livros didáticos difundidos naquele momento, processo articulado às lutas contra as políticas de precarização da profissão docente. (SILVA E FONSECA, 2010, p.51)

Em seu artigo intitulado Ensino de História no Brasil, Carlos Leonardo Mathias (2011), destaca que no período da Ditadura Militar, a história prostrou-se a

serviço do aparelho de reprodução dos valores da classe militar dirigente, atuando como veículo de reprodução da memória dessa mesma classe.

O autor ainda conclui que, com a redemocratização em 1985, inaugura-se o tempo de repensar (MATHIAS, 2011). A disciplina história deixava de ajustar-se aos interesses do Estado autoritário para ser uma ferramenta da sociedade democrática.

A disciplina ganhava novos objetivos, como preparar cidadãos para uma sociedade democrática. O ensino de História se modificava para atender uma demanda crescente de filhos de trabalhadores de diferentes realidades sociais (FONSECA, 2003).

Nesse período, a História foi chamada a exercer a função de crítica da sociedade, atenta a seus conflitos e às suas diferenças, inclusive às diferenças de classe. A autora destaca que o pensamento marxista exerceu forte influência no ensino de História, pois via o aluno como um ser social, um indivíduo sujeito da História, que precisava desenvolver uma consciência histórica a fim de desempenhar seu papel nas transformações social e política. (FONSECA, 2003).

No final dos anos 80 e início dos anos 90, a historiografia brasileira acelerava um significativo processo de renovação, expondo a influência cada vez

mais nítida da chamada “Nova História”, tendência em crescente desenvolvimento dentro do ensino de História.

A partir do momento em que o debate sobre o ensino de História considerava cada vez mais conscientemente seus vínculos com a produção historiográfica, não demorou muito para que as propostas curriculares passassem por avaliações críticas e que novas propostas surgissem, fossem elas de caráter oficial ou formuladas na prática docente. Não havendo, legalmente a obrigatoriedade do uso dos programas oficiais, os professores e os autores dos livros didáticos dispunham de maior liberdade de ação, o que contribuiu para maior ousadia na produção de programas e de conteúdos para o ensino de História (FONSECA, 2004, p. 66).

Nesse sentido observamos que a atuação dos professores, principalmente no ensino de História, detém um papel muito importante na sociedade, pois tem por compromisso a formação dos alunos para a cidadania, que segundo Pinsky:

...ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais (2008, p. 9).

Entender a História dessa forma é fazer o aluno se perceber não como um ser passivo, mas como um agente capaz de transformar a história; entender o passado para criticá-lo; e não simplesmente aceitá-lo; partindo da noção de que os homens fazem a História e são produtores de seus próprios conhecimento histórico.

O LIVRO DIDÁTICO

Dentro do Ensino de História é indispensável destacar que há anos, o livro didático tem assumido o papel principal na prática educativa, atitude que gera

uma complexa discussão. Esse importante material escolar, tem sido objeto de debate nos últimos tempos, tanto pela forma como apresenta o conteúdo, tanto pelo uso feito pelo professor em sala de aula.

O livro didático faz parte da cultura e da memória visual de muitas gerações e, ao longo de tantas transformações na sociedade, ele ainda possui uma função relevante para os estudantes, na missão de atuar como mediador na construção do conhecimento. Apresenta-se como um instrumento de trabalho do professor, fazendo parte do cotidiano escolar a pelo menos dois séculos. Pode ser definido como um objeto cultural bastante complexo, principalmente por sua carga histórica. “É um objeto de múltiplas facetas, e para sua elaboração e uso existem muitas interferências” (BITTENCOURT, 2011).

A importância do livro didático, reside na explicação e sistematização de conteúdos históricos provenientes das propostas curriculares e da produção historiográfica (BITTENCOURT, 2011). O livro didático tem sido o principal responsável pela concretização dos conteúdos históricos escolar.

Outra preocupação com esse complexo objeto diz respeito a ideologia, sabendo que o livro didático:

é um importante veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura. Várias pesquisas demonstram como textos e ilustrações de obras didáticas transmitem estereótipos e valores dos grupos dominantes, generalizando temas, como família, criança, etnia, de acordo com os preceitos da sociedade branca burguesa (BITTENCOURT, 2010, p.72).

Percebe-se nos debates ocorridos principalmente desde a década de 1990, o confronto entre diferentes concepções de História, no caso dos livros didáticos, as discussões se aprofundaram quando estes passaram a ser avaliados por comissões do Ministério da Educação em 1994.

É importante destacar que no Brasil, as políticas públicas para o livro didático são representadas pelo PNLD (Programa Nacional do Livro Didático). Este programa foi criado em 1985, tendo como objetivo a aquisição e distribuição universal e gratuita de livros didáticos para os alunos da rede pública do ensino fundamental, sendo que a política de planejamento, compra, avaliação e distribuição do livro escolar é centralizada no governo federal.

Segundo o MEC (Ministério da Educação), para serem utilizados nas escolas, os livros didáticos, são avaliados segundo três critérios básicos: a falta de erros conceituais; a coerência teórico-metodológica no conteúdo e nas atividades propostas; e a contribuição para a cidadania, sem expressar preconceito, doutrinação ou publicidade. O MEC estabelece convênios com universidades federais para realizar a avaliação. É elaborada uma comissão técnica, composta por especialistas em cada área e as editoras precisam inscrever os livros para essa avaliação.

Posteriormente, é publicado o Guia Nacional do Livro didático, e através desse, professores e coordenadores de cada escola, podem escolher duas obras para serem utilizadas durante os próximos três anos.

De acordo com Bittencourt:

O livro didático é um objeto da cultura escrita bastante corriqueiro e familiar, mas de complexa definição. Isso ocorre, pois sua função será determinada pelo uso que será feito desse. Em razão disso, congrega o status de mercadoria e de veículo de conhecimento e ideias, tornando-o, mesmo quando pouco usado pelos professores, um importante meio

de aquisição de conhecimento por parte dos alunos que a esse tem acesso. A ampla distribuição de coleções didáticas, na rede pública de ensino brasileira, contribui para que os alunos de toda a educação básica tenham a possibilidade de um convívio intenso com esses livros, ocorrido não apenas no espaço escolar, mas também fora deste, pois, normalmente, podem levá-los para casa. Seu caráter de manual de instruções e sua popularidade junto a docentes e discentes ajudam a torná-lo possivelmente o mais importante material prescritivo no âmbito educacional (BITTENCOURT, 2004, p. 34).

É imprescindível lembrar que o livro didático representa “uma mercadoria, um produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencente a lógica do mercado” (BITTENCOURT, 2010). Ainda, nesse sentido, Munakata (2005) aponta que: “A produção de livros didáticos atende as exigências do mercado, as quais se orientam segundo as mutações da sociedade.”

Concordamos com CAIMI (2010) quando afirma que:

este objeto cultural mobiliza inúmeros atores sociais na sua produção, circulação e consumo, tais como gestores educacionais, pesquisadores, professores, estudantes e suas famílias, políticas educacionais públicas, mercado editorial, mídia, enfim, o conjunto da sociedade brasileira (CAIMI, 2010 p.103).

Muitas foram as críticas proferidas sobre o livro didático, entre elas as que acusam o livro didático de ser um material muito limitado, e carregado de ideologias. Freitag (1989) afirma que professores e alunos acabam tornando-se escravos do livro didático, ao invés de o utilizarem como instrumento de contribuição para o desenvolvimento da autonomia, do senso crítico e de contra ideologia, acabam tornando o roteiro principal, ou exclusivo, do processo de ensino-aprendizagem.

Entretanto é preciso ressaltar que os livros didáticos são apenas um dos instrumentos metodológicos disponível para o uso dos professores em sala de aula. E o mais importante, quando refletimos sobre o uso do livro didático, é a capacidade crítica que esses professores desenvolvem, ou não, para que não se transformem em meros seguidores das orientações contidas nestes materiais didáticos. Citando novamente

Bittencourt (2010) “o bom livro didático é aquele usado por um bom professor”.

Outra importante questão é os silêncios presentes nos livros didáticos. Os silêncios ou inexistência de fatos, também nos representa algo relevante. Sobre esse tema Choppin (2004) destaca que: “Não é suficiente, no entanto, deter-se nas questões que se referem aos autores e ao que eles escrevem; é necessário também prestar atenção àquilo que eles silenciam, pois se o livro didático é um espelho, pode ser também uma tela” (CHOPPIN, 2004, p. 53).

Em síntese, o livro didático tornou-se um instrumento importantíssimo para a consolidação e disseminação de uma memória histórica determinada que, por sua vez, marca fortemente a representação de passado de gerações inteiras que passam pela escola. Acompanhando a trajetória do livro didático é possível identificar também as memórias privilegiadas e silenciadas em seus desdobramentos (SILVEIRA, 2015).

DO AUTOR GILBERTO COTRIM

O autor do livro didático, bem como o mercado editorial, possui um papel de agente na sociedade em que atua, como destaca Allan Choopin:

Conclui-se que a imagem da sociedade apresentada pelos livros didáticos corresponde a uma reconstrução que obedece a motivações diversas, segundo época e local, e possui como característica comum apresentar a sociedade mais do modo como aqueles que, em seu sentido amplo, conceberam o livro didático gostariam de que ela fosse, do que como ela realmente é. Os autores de livros didáticos não são simples espectadores de seu tempo: eles reivindicam um outro status, o de agente (CHOPPIN, 2004, p.28).

O trabalho de análise dos livros didáticos, vem no intuito de investigar as alterações na forma como os novos acontecimentos nacionais são narrados e interpretados pelo autor selecionado para esse estudo, Gilberto Cotrim.

Nascido em São Paulo no dia 5 de março de 1955, Cotrim graduou-se em História pela Universidade de São

Paulo e é mestre em Educação e História da Cultura pela Universidade Mackenzie também de São Paulo. Também é advogado inscrito na Ordem dos advogados do Brasil (OAB-SP) e cursou filosofia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Além disso, foi presidente da Associação Brasileira dos Autores de livro Educativo.

Publicou diversos livros pela Editora Saraiva entre eles, “*História Global*”, “*História e Consciência do Mundo*”, “*História e Reflexão*”, “*Coleção Saber e Fazer*”, “*Fundamentos da Filosofia*”, “*Fundamentos da Educação*”, entre outros títulos. Esses livros foram amplamente distribuídos para escolas públicas pelo país através de programas do governo federal, chegando a sala de aula de diversas cidades do Brasil.

A análise da narrativa, tem por objetivo central identificar dois aspectos: em que fundamentação teórica baseia-se a construção da narrativa do autor Gilberto Cotrim, e qual a sua interpretação historiográfica sobre o tema Ditadura Militar.

Outros objetivos subjacentes serão observados, como, se a proposta do livro de Gilberto Cotrim aponta para uma manutenção da ordem estabelecida, ou se possui alguma limitação para uma construção crítica do saber. E ainda se a narrativa histórica é pautada pelos

valores de uma classe dominante e do positivismo ou se já apresenta pontos de uma nova historiografia, fugindo da historiografia tradicional, como por exemplo, a marxista, teoria bastante difundida na época da redemocratização.

ANÁLISE DA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para analisarmos a fundamentação teórica do autor Gilberto Cotrim, procuramos observar aspectos na construção narrativa, tendo como fonte os livros didáticos: “Educação para uma Escola Democrática - História e Filosofia da Educação” de 1987; e a 3ª edição do livro “História Geral: para uma Geração Consciente”.

O primeiro livro didático selecionado para análise desse tema, trata-se da terceira edição do livro “História Geral: para uma geração consciente”, publicado pela editora Saraiva em 1985, ano que trouxe importantes mudanças no Brasil, marcando o fim da Ditadura Militar e a volta da democracia ao país.

Esse livro didático é direcionado para alunos da 8ª série do Ensino Fundamental, possui 144 páginas, seu conteúdo é apresentado de forma resumida, com um grande número de imagens e mapas coloridos, versa

sobre temas da Era Moderna e Contemporânea, não contendo a História do Brasil.

Esse material didático, nos auxiliará a compreender a fundamentação teórica do autor, na medida em que apresenta o seu posicionamento no momento em que discorre sobre o Comunismo, o Capitalismo, as Tensões entre Países Ricos e de Terceiro Mundo, o Imperialismo, a Guerra Fria, os Conflitos na América Latina entre outros assuntos.

Destacamos alguns aspectos da narrativa, como a apresentação e explicação das doutrinas sociais e econômicas, destacando a figura de Karl Marx, criador da Teoria marxista, o qual Gilberto Cotrim (1985, p.83) define como “um dos mais importantes e polêmicos pensadores da época”, seguido de um quadro com o texto “Manifesto Comunista”. Outra figura em destaque no livro de 1985 é de Che Guevara. O texto de meia página, é sucinto, dando destaque ao guerrilheiro, marxista convicto e confesso que lutou contra o ditador Fugêncio Batista no ano de 1959 em Cuba.

A narrativa deste livro é construída apresentando os principais fatos políticos e econômicos da Era Moderna e Contemporânea. O autor destaca as Grandes Revoluções, os Sistemas de Governo, a Divisão do

mundo entre Capitalismo e Socialismo, tendendo sempre para uma explicação econômica.

Discutindo a temática sobre os fatores que conduziram à expansão colonialista do século XIX, por exemplo, sua narrativa destaca os Planos Econômico, Político e Ideológico. Desta forma o autor procura explicar o contexto da expansão colonialista seguindo esses três vieses.

No Plano Econômico: A competição econômica obrigava as nações industrializadas a controlar as fontes fornecedoras de matérias-primas industriais situadas na África e na Ásia. Além disso, a conquista de colônias proporcionava o controle privilegiado de um mercado consumidor para os produtos industrializados.

No Plano Político: O clima de rivalidade entre as potências industriais europeias levou à conquista de territórios estratégicos em diversas partes do mundo, como medida de segurança nacional.

No Plano Ideológico: Justifica-se a conquista colonial da África e da Ásia como um direito natural de expansão da civilização europeia. Dizia-se que essa civilização era culturalmente

superior às demais, pois tinha como base um povo de raça branca, cristão e tecnicamente desenvolvido. Sabemos que essas teses de superioridade cultural não possuem bases científicas. Entretanto, cumpriram seu papel, criando argumentos para justificar a exploração desumana dos diferentes povos africanos e asiáticos (COTRIM, 1985, p.125).

No capítulo em que trabalha o tema Revolução Industrial, o autor emprega os conceitos de burguesia, proletariado e a divisão de trabalho, - conceitos de fundamentação marxista - na explicação sobre o Sistema Capitalista que se constituía naquele período.

Nas últimas páginas do livro, o autor aborda o tema *Tensão entre Países Ricos e do Terceiro Mundo*, entre eles o Brasil. Gilberto Cotrim utiliza em sua narrativa as palavras, explorados e exploradores para explicar a divisão socioeconômica do mundo, ele critica contundentemente a dinâmica do sistema capitalista, considerando um sistema que produz injustiça, fome e miséria. Como denota a citação abaixo:

é esse terrível sistema de exploração, patrocinado pelo capitalismo financeiro internacional, que conduz ao crescente

endividamento externo de diversos países do Terceiro Mundo, entre os quais o Brasil.”. Enquanto persistir esse sistema de injustiças, de fome, de miséria assolando mais da metade da Humanidade, haverá sempre um foco potencial de guerras e de conflitos entre os homens (COTRIM, 1985, p. 138).

Porém, Cotrim mostra-se otimista e confiante na formação de uma geração consciente que fosse empoderada para o enfrentamento a fim de construir uma sociedade melhor:

Apesar das gigantescas dificuldades, a construção de um mundo melhor é uma luta que deve ser assumida pelas **gerações conscientes**. Afinal parafraseando o poeta Fernando Pessoa, **lutar vale a pena, se a alma não é pequena** (COTRIM, 1985, p. 139, grifo do autor).

E ainda, na contracapa de seu livro, o autor deixa uma mensagem para as próximas gerações, destacando o tempo presente e o desenvolvimento de uma consciência crítica: “Aprenda a pensar com sua própria cabeça, edifique sua personalidade de forma aberta, crítica e cada vez mais consciente dos problemas

humanos e sociais” (COTRIM, 1985, p. 144). Formar uma geração consciente para os anos vindouros, era o que almejava o livro didático escrito por Gilberto Cotrim editado em 1985, ano emblemático para o Brasil que precisava se redefinir como nação democrática.

No contexto das transformações ocasionadas pelo fim da Ditadura Civil Militar, o ensino de História encontrou-se diante do dilema de permanecer a difundir a chamada “história oficial” ou de renovar seus objetivos e suas abordagens, seguindo a direção dos ventos que partiam do processo de democratização do país.

Para aprofundar a análise da fundamentação teórica do autor, selecionamos um segundo livro didático, publicado em 1987, tendo como público-alvo o Ensino Técnico, intitulado “Educação para Escola Democrática: História e Filosofia da Educação”. Esse livro de 305 páginas, não contém figuras nem imagens ilustrativas, assim sendo, composto por um texto denso e com atividades no final de cada capítulo.

Na narrativa desse manual didático, o autor faz um levantamento sobre o papel da educação no decorrer da história. Realiza um debate pedagógico, a fim de estimular a reflexão crítica sobre a realidade educacional e contribuir para a construção de uma

escola democrática. O autor trabalha com a ideia de luta de classes sociais, apontando a educação como um meio de transformação social. Destaca a relação dialética entre as lutas pedagógicas e as lutas sociais e procura romper a postura imobilista decorrente das teorias sobre a função reprodutoras da escola. Outra recomendação para aprofundamento desse estudo, é o texto complementar do antropólogo e político Darcy Ribeiro, em que salienta as duras críticas as classes dominantes.

Em seu último capítulo intitulado *História da Educação Brasileira*, apresenta a Educação e o Regime Militar, explicando como a Ditadura Civil Militar utilizava a educação, um meio de divulgação da ideologia condizente com os interesses do capitalismo. O autor faz uma dura crítica a educação tecnicista e as precárias escolas, que segundo ele é espaço de incoerência e contradições

Não existe na pedagogia tecnicista adotada quaisquer preocupações de questionamento sócio-político do conteúdo do ensino. Aprender significava basicamente modificar o comportamento do aluno de modo que ele saiba operar de forma técnica, prática, com o conteúdo ensinado (COTRIM, 1987, p. 297).

Segundo Cotrim, a pedagogia crítico social dos conteúdos é uma forte corrente pedagógica que ganhou expressão a partir do início dos anos 80, a qual valorizava o papel social da escola pública; destaca ainda, a pedagogia libertadora do autor Paulo Freire, a educação como um ato político de compromisso social pelo fim da opressão.

Se tratando de um material didático voltado para futuros profissionais da carreira docente, Cotrim pensa a História da Educação de forma crítica, servindo assim como um manual para os novos tempos, a construção e consolidação da sociedade democrática.

Nessa análise da narrativa dos livros didáticos de Gilberto Cotrim, acerca da fundamentação teórica, consideramos que há vários elementos da reflexão marxista, utilizando conceitos como: Burguesia, Proletários, Explorados, Exploradores, Luta de Classes, Infraestrutura, supra estrutura, Sistema Capitalista e Socialista. No primeiro livro, destacamos o viés político e econômico, em que apresenta uma divisão socioeconômica do mundo na construção de sua narrativa. Já no segundo livro didático, percebemos a preocupação com a formação de um novo cidadão ativo/reflexivo, necessidade que surge naquele momento histórico de redemocratização do país,

ambos norteados pela influência das teorias marxistas, que ganhava cada vez mais adeptos naquele período, base para o saber histórico escolar marxista que surgiu como alternativa ao saber histórico escolar positivista tradicional.

Para Silva do Carmo (1991) o saber histórico escolar positivista legitima a ordem estabelecida e a dominação do proletariado pela burguesia, enquanto o saber histórico marxista questiona a ordem e está imbuído de esperança, o qual por meio de uma revolução engendra a possibilidade de transformação social.

ANÁLISE SOBRE A DITADURA CIVIL MILITAR

Para análise da interpretação da Ditadura Militar, foram selecionados os livros didáticos: “*História do Brasil para uma Geração Consciente*”, 11ª edição de 1991, e a 1ª edição de “*História e Reflexão*” de 1995.

O primeiro livro analisado trata-se da 11ª edição do Livro Didático “*História do Brasil para uma geração consciente*”, de 1991, publicado pela editora Saraiva. Nesse livro didático destinado ao 2º Grau, é trabalhada a História do Brasil. Possui 214 páginas, sendo 5 dedicadas

ao tema Ditadura Militar, apresenta imagens e mapas em preto e branco.

Na apresentação do livro é possível perceber as mudanças que ocorreram das versões anteriores: “...esse livro ganha em qualidade no enfoque historiográfico moderno, crítico e conscientizador, aliando a um texto claro e sintético” (COTRIM, 1991, p.3).

Nessa edição, pela primeira vez Cotrim aborda o tema Redemocratização, após seis anos de sua primeira edição. Essa informação é fundamental para entendermos a trajetória do tema Ditadura Militar nos livros didáticos no Brasil, demonstrando que o mesmo não estava inserido em edições anteriores, mas que agora exigia destaque: “Esse capítulo era uma exigência de atualização perante o ensino de uma história que segue viva e vibrante” (COTRIM, 1991, p.3).

Devido as mudanças ocorridas no Brasil a partir da década de 80, surgiu a necessidade de ajustes nos materiais didáticos que eram distribuídos por todo o país. “Autores da linha mais tradicional, que publicavam livros há muitos anos, tentaram acompanhar as novas tendências, promovendo reestruturações em suas obras, adaptando-as às novas propostas, agora também

novas necessidades de mercado” (FONSECA, 2004, p. 65).

Gilberto Cotrim (1991) aponta que, o ensino de História é extremamente valioso na conscientização dos alunos para com suas responsabilidades, na tarefa de construir um amanhã mais justo, mais livre e mais digno.

Em “*História do Brasil: para uma geração consciente*” de 1991, o capítulo oito trata do Regime Militar à Época atual. Na síntese sobre o processo histórico, introdução de cada conteúdo, destaca-se a imagem de um menino, vestindo a camisa do Brasil, caminhando em um lugar escuro segurando uma vela na mão, e ao fundo da imagem uma porta iluminada apontando o caminho.

A imagem representa uma luz no fim do túnel para o Brasil, que passa agora pelo momento da reabertura política, iluminando anos sombrios da Ditadura. Essa imagem escolhida pelo autor, nos auxilia a entender sua interpretação sobre o tema, revelando uma crítica ao Regime da Ditadura Militar e a esperança na volta da democracia ao país.



Figura 1: Síntese do Processo Histórico: Da Ditadura Civil Militar para a Democracia

Fonte: COTRIM, G. História do Brasil: para uma geração consciente. São Paulo: Saraiva, 1991.

No texto que segue a essa imagem, o autor desenvolve em sua narrativa uma explicação simples, porém direta sobre governo militar destacando aspectos como a economia e a sucessão de presidentes, finalizando com uma crítica a situação atual.

percorremos o caminho de um desenvolvimento desequilibrado, dependente e socialmente excludente. O lado excludente do desenvolvimento nacional revela-se na perversa situação de que padecem cerca de 60%

da população brasileira: miséria, fome, falta de moradia, doenças evitáveis (...). Inflação, dívida externa, déficit público, corrupção da máquina administrativa, concentração de renda (...) muitos são os desafios, os entraves a serem vencidos para a superação dos históricos problemas que nos afligem (COTRIM, 1991, p. 87).

E termina seu texto reafirmando que: “O caminho para superar esses problemas, precisão ser construídos pela via democrática, na qual o povo possa andar com seus próprios pés. Participar da criação do seu próprio desenvolvimento.” (COTRIM, 1991, p. 76)

Em um breve balanço que realiza sobre o Regime Militar, Cotrim (1991) destaca as conquistas na modernização desenvolvidas pelo governo militar, citando o Setor da Infraestrutura, na Energia: com a Instalação de Hidroelétricas; no Transporte, com destaque para a Embraer; e na Comunicação, com a Embratel. Porém volta a destacar os problemas sociais do Brasil, como a Concentração de Terras; a Educação precária e o Analfabetismo, a Dominação do Capital Estrangeiro e a Inflação.

Apesar desses avanços, a maioria do povo ficou sem ter acesso aos benefícios do progresso econômico, procurou-se modernizar o País mas o povo foi excluído do “desenvolvimento”, porque não melhorou suas condições de vida. Enquanto crescia o capitalismo excludente, crescia também a insensibilidade diante dos problemas sociais da maioria (COTRIM, 1991 p. 206)

A narrativa de Cotrim é construída destacando a figura de generais que estiveram à frente do período ditatorial, apresentando no texto um resumo das suas principais ações, seguindo para uma breve explicação sobre o fim do Regime, o movimento das Diretas Já e a Reabertura política. Trabalha o tema Ditadura Militar, por um viés econômico, apresentando o modelo de desenvolvimento econômico a partir de 1964, explicando o “milagre econômico”, destacando aspectos como, a inflação e a dívida externa e realiza um breve balanço socioeconômico sobre o período.

Em sua narrativa, porém, não são citados fatos polêmicos ocorridos durante esse período, como a cassação de direitos políticos, as torturas, os assassinatos, os desaparecidos políticos. A narrativa, silencia sobre esses importantes acontecimentos

ocorridos entre 1964 e 1985. Esse silenciamento, pode ser justificado pela proximidade dos fatos, já que o autor produz sua narrativa poucos anos após a reabertura política no Brasil. Somente seis anos separam sua produção, do término de um dos eventos mais traumáticos do país. Os autores dos manuais didáticos, se empenham em retratar os acontecimentos recentes em suas narrativas, tarefa essa carregada de desafios.

Em seu novo livro “*História e Reflexão: Mundo Contemporâneo e Brasil Contemporâneo*” editado e publicado em 1995, Cotrim traz uma explicação mais detalhada, ocupando 15 páginas de um livro didático de 192 páginas, abordando temas anteriormente silenciados e endurece a crítica a Ditadura Civil Militar. Nesse livro, pela primeira vez, apresenta imagens de protestos contra o Regime Militar, destacando as pressões populares pedindo o fim da Ditadura e a volta da democracia.

Em sua narrativa o autor volta a criticar o Regime Militar, agora de maneira mais enfática. Pela primeira vez, é citado casos de tortura e mortes de presos políticos. A censura também é denunciada assim como a repressão e a suspensão de direitos.

A ditadura rompeu o diálogo com a sociedade. Silenciou o debate nacional que buscava soluções para nosso atraso. E passou a ditar regras para o país, cassou o direito de voto do cidadão e calou as oposições através da censura ou pela repressão policial. Muitos brasileiros foram mortos e torturados pela polícia nesse período (COTRIM, 1995, p 163).

Os Atos Institucionais, são destacados como o “Superpoder do AI-5 – símbolo máximo da autoridade”, demonstrando mais uma vez a crítica aos meios de atuação do Regime Militar. Sua narrativa no livro de 1995 difere-se da edição de 1991, onde os mesmos Atos são apenas apresentados. Nesse livro didático de 1995, também pela primeira vez é citado a extinção dos partidos políticos e a criação da ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e do MDB (Movimento Democrático Brasileiro).

Outro ponto da narrativa a destacar é a descrição da Lei de Segurança Nacional, que segundo Cotrim (1995) enquadrava como inimigo da pátria aquele que se opunha à ditadura. Além disso, utilizava os termos “linha dura” ao se referir ao Presidente Militar Costa e Silva, e denúncia os abusos de poder dos militares: “O governo Médici foi o campeão do poder ditatorial e da

violência repressiva contra a sociedade” (COTRIM, 1995, p. 167). Descreve os problemas sociais do Brasil, como a Fantasia do Milagre Econômico, a Dívida Externa, Inflação, Desemprego, Concentração de Renda e a Educação. Enfatiza alguns pontos positivos como Transporte, Energia e Comunicação. Ao final do capítulo é destacado excertos do livro *Brasil: Nunca Mais*, que traz uma descrição de técnicas de torturas praticadas durante a Ditadura Civil Militar.

Com base na análise da narrativa desse livro didático de 1995, dez anos após o emblemático ano de 1985, ano da reabertura política do Brasil, é perceptível como o tema da Ditadura Civil Militar foi apresentado de maneira distinta ao longo desses anos, na medida em que Cotrim abordou temas que até então não foram tratados em seus livros, e por sua descrição mais completa e direta sobre os anos de 1964 a 1985. Diferente da sutileza do livro de 1991, que ainda respirava os ares da censura da ditadura, no livro de 1995, esse tema foi trabalhado de forma mais clara e direta, endurecendo a crítica a esse período repressor e comemorando a volta da democracia na esperança por dias melhores.

Nesse momento, os autores dos livros didáticos dispunham de maior liberdade de ação, como destaca Fonseca:

Não mais havendo, legalmente, a obrigatoriedade do uso dos programas oficiais, os professores e os autores dos livros didáticos dispunham de maior liberdade de ação, o que contribui para maior ousadia na proposição de programas e de conteúdos para o ensino de História nas escolas (FONSECA, 2004, p. 66).

Além da efervescência provocada pela nova proposta de ensino de História mais democrática e participativa, tanto no ensino secundário quanto no universitário, também o meio editorial foi sacudido, na medida em que as editoras de livros didáticos se apressaram em ter autores que preparassem novos materiais consoantes com o novo programa, numa corrida por um mercado cada vez mais significativo (FONSECA, 2004).

A mudança de postura em relação a narrativa do autor, comprova a volta da liberdade de expressão e ação, frente a temas polêmicos. Enquanto, no livro editado em 1991, o autor procura explicar a Ditadura Militar, por um viés econômico, destacando os

presidentes e suas ações, e o modelo de desenvolvimento econômico; no livro de 1995, a abordagem sobre o tema destaca o meio social, realizando uma dura crítica ao período, denunciando os meios de repressão e tortura, e enfatizando a vontade popular pela volta da democracia com imagens de protestos da sociedade civil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluída a análise da narrativa dos livros didáticos do autor Gilberto Cotrim, percebe-se que o mesmo estava em consonância com a nova proposta pedagógica do Ensino de História, que se configurava entre os anos de 1985 e 1995. Em análise de sua narrativa nos livros didáticos direcionados a questão da fundamentação teórica, percebe-se a preocupação com a formação de um novo cidadão ativo/reflexivo, necessidade que surge naquele momento histórico de redemocratização do país.

Sua narrativa revela a influência do Marxismo, em diversos pontos que perpassam todo seu texto, sendo construída sobre o viés político e econômico, apresentando uma divisão socioeconômico do mundo,

entre Ricos e Pobres, Explorados e Exploradores, Burguesia e Proletariado. E ainda, trazendo para discussão e aprofundamento de estudo, autores com essa mesma base teórica.

A análise da interpretação narrativa do autor, sobre o tema Ditadura Civil Militar, aponta a questão dos silêncios sobre assuntos polêmicos, como a repressão, torturas e mortes, no livro publicado em 1991. Isso nos revela, a relação existente entre a ocorrência dos fatos e a produção da narrativa, visto que, apenas seis anos separam o fim do regime com o ano de publicação dessa edição, e os silêncios de vinte e um anos da Ditadura Civil Militar, de alguma forma, ainda eram impostos. Postura essa que se modifica no livro publicado em 1995, no qual, a narrativa abordou os temas antes silenciados, trazendo uma postura crítica, reflexiva muitas vezes em tons de denúncia.

Em síntese, o livro didático tornou-se um instrumento importantíssimo para a consolidação e disseminação de uma memória histórica determinada, que por sua vez, marcou fortemente a representação de passado. Lembrando que, os livros didáticos existem dentro de um complexo contexto político e social e por se tratar de um livro de alta circulação, atinge tanto as escolas públicas quantos as privadas. Percebemos que

este instrumento possui grande responsabilidade na formação de um cidadão e, portanto, é imprescindível que o livro traga questões que faça o aluno pensar, refletir acerca do que está posto, interrogar as relações estabelecidas na sociedade, perceber que a história é algo construído nessas relações.

Acompanhando a trajetória do livro didático, é possível identificar também as memórias privilegiadas e silenciadas em seus desdobramentos. Findado o período da Ditadura Militar e restabelecida a redemocratização no país, podemos identificar na análise dos livros dos diferentes anos, uma crescente liberdade de expressão e ação na construção da narrativa do autor Gilberto Cotrim.

Realizar uma análise comparativa das diferentes narrativas presentes nesses livros didáticos possibilita entender a história como um processo, e com isso, entender os diferentes interesses envolvidos na construção da história e, portanto, de uma memória social de determinado período. Analisar mudanças, rupturas e permanência nessas narrativas históricas é uma forma de construção do conhecimento histórico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério da Educação. Programa nacional do livro didático – PNDL.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnld/apresentacao>. Acesso em 26/10/2015.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 5.692/71, de 11 e agosto de 1971. Diário Oficial da União, Brasília D.F.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília D.F.

BITTENCOURT, C.M.F (org.). **O saber histórico na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2002.

_____. “Livros e Materiais Didáticos.” In: BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2004.

CHOPPIN, A. **História dos livros e das edições didáticas: Educação e Pesquisa,** São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004.

COTRIM, G. **EDUCAÇÃO PARA UMA ESCOLA DEMOCRÁTICA. História e Filosofia da Educação.** 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 1987.

COTRIM, G. **HISTÓRIA GERAL: Para uma geração consciente.** 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1985.

COTRIM, G. **HISTÓRIA DO BRASIL: Para uma geração consciente.** 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 1991.

COTRIM, G. **HISTÓRIA E REFLEXÃO.** 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

FONSECA, S. G. **Didática e prática de ensino de história: Experiências, reflexões e aprendizados.** 2ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.

_____. **Caminhos da História Ensinada.** 4ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1995.

FONSECA, T.N.de L. **História e Ensino de História.** 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FREITAG, B., et. al. **O Livro didático em questão.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

JESUS, N. M. et. al. **Ensino de História: trajetória em movimento.** Cáceres-MT: Editora Unemat, 2007.

KARNAL, L. (org) **História em sala de aula: conceitos, práticas e propostas.** 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

NAPOLITANO, M. **1964: História do Regime Militar Brasileiro.** São Paulo: Contexto, 2013.

NETTO, J.P. **O que é marxismo.** 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PINSKY, J. E PINSKY, C. B. “Por uma história prazerosa e consequente.” IN: Karnal, L. **História em sala de aula: conceitos, práticas e propostas.** 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Org.). **História da Cidadania.** 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2008

RODRIGUES, S. O. **Ensino de Sociologia em Debate. A lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional de 1971: O Ensino Médio no contexto autoritário da Ditadura Militar (1964-1985).** 2012. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/lenpespibid/pages/arquivos/2%20Edicao/SAMUEL%0%20ORIENT.%20ANGELA%20E%20ILEIZI.pdf>. Acesso em 09/10/2015.

ENSINO DE HISTÓRIA EM MOMENTO DE TRANSIÇÃO:
INTERPRETAÇÃO DA NARRATIVA SOBRE A DITADURA CIVIL MILITAR DE GILBERTO COTRIM NOS LIVROS DIDÁTICOS ENTRE OS ANOS DE 1985 E 1995,
DE VALÉRIA TORTELLI E HALFERD CARLOS RIBEIRO JÚNIOR

SARAIVA. Editora. **Biografia Gilberto Cotrim**. Disponível em: www.saraiva.com.br/gilbertocotrim. Acesso em 05/10/2015.

SILVEIRA, R.D. XXVIII Simpósio Nacional de História. **História do Tempo presente e livro didático: os sujeitos da Ditadura Militar nos livros didáticos de História**. Florianópolis 2005. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434405376_ARQUIVO_trabalhoanpuhdefinitivo.pdf. Acesso em 11/10/2015.

Recebido em: 14/04/2016

Aprovado em: 31/05/2016

Publicado em: 30/07/2016

ENSINO DE HISTÓRIA EM MOMENTO DE TRANSIÇÃO:
INTERPRETAÇÃO DA NARRATIVA SOBRE A DITADURA CIVIL MILITAR DE GILBERTO COTRIM NOS LIVROS DIDÁTICOS ENTRE OS ANOS DE 1985 E 1995,
DE VALÉRIA TORTELLI E HALFERD CARLOS RIBEIRO JÚNIOR